

A campanha presidencial de 1909-1910 na correspondência de Rui Barbosa e de Hermes da Fonseca

Vera Lúcia Bogéa Borges*

No Brasil, a sucessão presidencial que culminou com as eleições de 1º de março de 1910 foi marcada pelo debate. Para suceder o governo Afonso Pena (1906-1909), vários nomes foram cogitados até que se apresentassem as duas candidaturas à presidência da República que se enfrentaram na disputa, isto é, Hermes da Fonseca¹ e Rui Barbosa². Acerca desta eleição, a historiografia já produziu inúmeros estudos que podem ser agrupados em duas grandes vertentes: uma, considera o embate apenas pela ótica da campanha civilista; outra, caracteriza o militarismo pelas diferentes ações militares desencadeadas durante a Primeira República e pela importância das escolas militares na formação de seus alunos. Na primeira vertente relacionamos José Maria Belo, Edgard Carone, Estevam Oliveira, Raimundo Magalhães, Homero Senna e Loraryne Ueócka que, com ênfases distintas, compreendem o processo sucessório específico a partir de um dos lados na disputa. Já a segunda vertente discute a ação militar naquela etapa republicana, mas não pela ótica eleitoral. Podemos mencionar Nelson Werneck Sodré, Celso Castro, José Murilo de Carvalho, Edmundo Coelho,

¹ * Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Colégio Pedro II. E-mail: veraborges@globocom.com.

□ Nos primeiros anos da República, Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) ocupou o cargo de ajudante-de-ordens de seu tio, o marechal Deodoro da Fonseca. O jovem militar gaúcho ainda foi agraciado com as patentes de major e de tenente-coronel durante o ano de 1890. Posteriormente, na administração de Afonso Pena, ocupou o cargo de ministro da Guerra. Cf. Dunshee de Abranches. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional 1889-1917*. São Paulo, 1918. v.2. p.451.

² Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923), na República foi vice-presidente do governo provisório e ministro da Fazenda, cargo no qual promoveu a política econômica do Encilhamento. Também foi senador pela Bahia e vice-presidente do Senado entre 1906 e 1909. Cf. Dunshee de Abranches. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional 1889-1917*. São Paulo, 1918.

Arsênio Corrêa, Samuel Huntington, Oscar d'Araújo, Lincoln Pena e Miriam Santos. Lembramos que, naquela conjuntura específica, as eleições significavam garantir o funcionamento do sistema oligárquico com a preservação da lógica inaugurada a partir do governo de Campos Sales com a *política dos governadores*. Portanto, para compreendermos melhor a cultura política oligárquica brasileira temos que observar atentamente os momentos de reforço daquele comportamento através das eleições. Pela primeira vez a história republicana foi marcada por uma disputa efetiva. O confronto Hermes *versus* Rui dividiu a cena e os conchavos políticos de eleições anteriores foram revistos. Assim, consideramos que a conquista do voto dos eleitores significava que as idéias estavam em movimento, inscritas na luta política da terceira década republicana, portanto anterior à crise dos anos 20 considerada marco inaugurador das fissuras na Primeira República.

Para compreendermos esta batalha eleitoral, consultamos a *Série Correspondência* no Arquivo da Casa de Rui Barbosa,³ ali encontrando vasta documentação como cartas, cartões, baixo-assinados e telegramas acerca do processo eleitoral para a presidência da República. O levantamento realizado teve como critério de busca inicial os dois candidatos, além dos protagonistas políticos daqueles anos. Muitas vezes questões que eram apenas indicadas na historiografia acabaram sendo esclarecidas através da correspondência. O conteúdo desses

³ Consulta ao Arquivo Rui Barbosa: Inventário *Análítico da Série Correspondência Geral* (Correspondentes usuais: pessoas físicas). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. 5v. No caso do volume 1, por exemplo, temos reunida a correspondência de *Antonio Limpo de Abreu* a *Oséias Cabral* num total de cento e sessenta e quatro páginas. O Arquivo Rui Barbosa reúne documentos privados referentes ao período 1849 a 1923 que estão divididos em onze séries: *Correspondência Geral, Ministério da Fazenda, Causas Jurídicas, Produção Intelectual, Documentos Pessoais, 2ª Conferência de Haya, Embaixada de Buenos Aires, Iconografia, Miscelânea* (variados documentos que não se encaixam nas demais) e *Documentação Complementar*. Na primeira série, Correspondência Geral, temos o arquivo privado de Rui Barbosa entre os anos de 1867 a 1923 e divididos em duas sub-séries: *correspondentes usuais* (arranjos individuais por missivista) e *correspondentes eventuais* (documentos reunidos em grandes grupos temáticos). Existem ainda, no Acervo da Casa de Rui Barbosa, as *Coleções Históricas* que reúnem documentos doados ao Arquivo e relativos a outros personagens da Primeira República. Como nestes casos, o quantitativo não permite a formação de um arquivo, optou-se pela formação de diferentes grupos documentais denominados *coleções*.

documentos demonstrou o clima de confronto que as campanhas civilista e militar despertaram nas diversas regiões do Brasil conforme suas conjunturas políticas locais.⁴

Diante da infinidade de documentos que compõem o acervo de correspondência, escolhemos dois nomes que sintetizam, conforme as considerações de Cruz Costa, de certa forma, as características dos expoentes daquela fase republicana. Primeiro, Rui Barbosa, moldado pelo liberalismo político do parlamentarismo típico do século XIX, marcado pela lei e pelo direito e sendo ainda referencial em termos da cultura no país, um homem das letras, entusiasta da cultura européia e dono de respeitável biblioteca. O segundo era Pinheiro Machado, político experiente, dotado de argúcia, obcecado pelo domínio político e sempre alerta para entrar nas lutas necessárias para alcançar o seu objetivo maior: ter poder. Em 1905, o líder gaúcho consolidou sua posição durante a administração de Rodrigues Alves com a formação do *Bloco ou Coligação* que procurava fazer frente à prática dos presidentes até então de *apadrinharem* seus sucessores.⁵ Em 2 de dezembro de 1908, portanto quinze meses antes da realização do pleito que contou com os adversários Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, o futuro candidato civilista escreveu uma carta para o senador Pinheiro Machado. De acordo com o documento,

Meu caro Senador Pinheiro Machado

Desde a nossa breve conversa de ontem na qual, por assim dizer, limitei-me a ouvi-lo, ainda, não pude cessar de refletir sobre o assunto das comunicações, como que me surpreendeu, e resolvi, afinal, escrever, para fixar com mais clareza o meu pensamento assentado.

Segundo o meu bom amigo me confidenciou, o presidente da república (Afonso Pena) está empenhado em que desde já fique decidida a candidatura presidencial ao quadriênio vindouro, no intuito de que derredor dessa questão girem as próximas eleições para o Congresso nacional.

Quer isto dizer que se imagina fazer as eleições do congresso a custa da candidatura presidencial e a candidatura presidencial a custa das eleições legislativas. Duas conquistas num só feixe, obtidas uma pela outra. Nunca vi, nem concebe combinação mais nitidamente imoral, mais sabiamente perversa, mais

⁴ A partir do índice do Inventário Analítico da Série Correspondência Geral composto de cinco volumes, decidimos sistematizar os documentos selecionados para consulta a partir da seguinte divisão no formato de uma pequena tabela composta pelos itens: *indicação do documento, localização no acervo, data da consulta e comentário documento consultado*. No total temos mais de sessenta páginas preenchidas.

⁵ Vera Lúcia Bogéa Borges. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB/Livre Expressão, 2004. p.106.

**SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA**

abertamente afrontosa ao bom principio, donde se originou a candidatura do atual presidente e o seu triunfo.

Pense por um instante nesse passado, que é de ontem, formamos uma coligação, rompendo com o presidente da república, no intuito de reivindicar para a nação, ou para as opiniões políticas nela organizadas, o arbítrio da sucessão presidencial. O presidente não esposara abertamente candidatura alguma, nem antecipara a época da escolha do candidato. São fatos de há três anos; iríamos agora convir na revegação (sic) desse aresto, com o agravante de um acordamento descomunal e a outra, ainda mais séria, de se converter a deliberação acerca da candidatura presidencial, em meio decisivo de atuar sobre a eleição do congresso e a verificação de poderes.

Em verdade, em verdade lhe digo, meu caro, que, a tal suceder, a candidatura que saísse dessa ostentação da onipotência do presidente, dessa retratação nossa e dessa anulação simultânea da vontade do país na escolha do chefe de estado e na das câmaras legislativas, essa candidatura, fosse de quem fosse, poderia estar oficialmente garantida, mas estaria moralmente ferida de morte.

Com o meu concurso, meu amigo, isto não se consumiria; porque, ao menos, a minha consciência quero salvar, quando tudo perca.

Seu amigo sincero,

Rui Barbosa (CR848/3)

A apreensão de Rui Barbosa não era sem fundamento e, com certeza fora motivada pela movimentação de Afonso Pena. Afinal, o primeiro possível candidato era o conterrâneo do presidente, João Pinheiro, que devido à sua atuação no governo de Minas permitiu a projeção nacional do *Jardim da Infância*. Mas a morte prematura do pré-candidato mineiro levou, em outubro de 1908, a novas possibilidades políticas. A seguir ganhou força um nome do ministério afonsino, o que garantiria a continuidade da bem-sucedida política econômica, o jovem David Campista, a frente da pasta das finanças. Políticos experientes, entre eles Rui Barbosa, Bias Fortes⁶ e Francisco Sales,⁷ manifestaram-se contrários a este nome, uma vez que, apesar de reconhecerem o potencial do ministro, não enxergavam nele experiência, maturidade e autoridade para ocupar o cargo máximo do Executivo. Rui Barbosa inclusive manifestou sua desaprovação diretamente a Afonso Pena protestando contra as tentativas do

⁶ Crispim Jacques Bias Fortes (1847-1917) foi um importante chefe político mineiro, deputado à Assembléia Provincial no período de 1882 a 1889. Além disso, foi um dos fundadores do Partido Republicano Mineiro (PRM), em 1888, senador estadual entre os anos 1891 a 1894 e presidente de estado em Minas Gerais entre 1894 a 1898. Cf. Alzira de Abreu et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 2001.

⁷ Francisco Antônio de Sales (1865-1932) político brasileiro que cumpriu o mandato de deputado federal e depois de presidente por Minas Gerais em 1902. Posteriormente, elegeu-se por duas vezes senador, em 1907 e 1915 e ainda ocupou o ministério da Fazenda no período de 1910 a 1913.

**[SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA]**

presidente de assegurar aquela candidatura oficial. Por essa ocasião, mais uma troca de correspondência entre Rui Barbosa e Pinheiro Machado seria uma demonstração da evolução daqueles acontecimentos. Segue o texto da missiva datada em 10 de dezembro de 1908:

A Exm. Amigo Senador Pinheiro Machado

No conflito de interesses e personalidades que, em torno da sucessão presidencial, desta vez tão cedo começa e de um modo tão desusado, vejo envolvido o meu nome como o de um dos pretendentes. Há visto um equívoco, a que me empenho em por termo peremptoriamente.

Não sou candidato à presidência da República, nem, consinto que o façam. Se amigos meus a, que tenham o pensamento de semelhante iniciativa, em nome da amizade e seus direitos eu lhe desaprovo e lhe proíbo (...) só me arriscaria a sê-lo, se um movimento de opinião pública nos impusesse. Tal honra, porém, nunca imaginei merecer a outra, a candidatura oficial, repugna as minhas convicções e os meus compromissos (...)

Do sincero amigo

Rui Barbosa. (CR848/9)

Todavia, alguns anos mais tarde, Rui Barbosa confessou seu arrependimento por não ter aceito de imediato concorrer à presidência no auge da crise sucessória. O momento era delicado sendo necessária a composição das forças políticas. Para aumentar o clima de tensão, vale destacar a entrevista com um político da época veiculada na primeira página do jornal *O Paiz*, que acreditava ser excelente uma candidatura militar, mencionando, inclusive, o nome de Hermes da Fonseca. O então ministro da Guerra dirigiu-se através de uma carta ao presidente Afonso Pena,

Conforme tenho dito e repito a V. Ex^a, renovo aqui solenemente a declaração de que, não sou, nem fui jamais candidato à cadeira presidencial, principalmente em contraposição a um ilustre companheiro de governo, o candidato de V. Ex^a e de alguns amigos políticos à sua sucessão. Entretanto, permita-me V. Ex^a que eu deixe passar sem reparo a dificuldade latente em que V. Ex^a se encontra para aceitação dessa candidatura que não tem raízes na opinião nacional, e cuja insistência pela sua sustentação pode acarretar sérios embaraços à patriótica administração de V. Ex^a. (...) Não sendo candidato e tendo atingido a culminância das minhas aspirações, orgulhoso da farda que visto, protesto solenemente contra os que hostilizam as classes armadas, inventando para os seus membros uma incompatibilidade que a Constituição não estabelece, qual a de cercear ao militar a aspiração de poder exerce a suprema magistratura. (MIRANDA, 19--.p.31).

Diante da tentativa de imposição sem sucesso da candidatura de David Campista e das críticas produzidas no meio político, o ministro da Guerra Hermes da Fonseca tornou-se

candidato à presidência. Apesar de não podermos afirmar com certeza as origens desta candidatura, notamos que esta renovava a amortecida chama do *militarismo* dos primeiros tempos da República como solução para impedir que a presidência continuasse nas mãos dos conselheiros do império como Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco e Rui Barbosa. Já em 1909, um grupo de civis - Lopes Trovão, Lauro Müller, José Mariani e J.J. da Silveira Martins - também aderiram à candidatura *hermista* que recebeu a seguir o apoio de expressivos nomes militares como Mena Barreto, Joaquim Inácio, Caetano de Faria entre outros. A campanha hermista era considerada, desde a primeira hora, como uma eventual manobra política devido à violência da campanha partidária e do caráter de choque entre as correntes civis e militares.⁸ Na verdade, a insistência do presidente Afonso Pena em exigir do seu então ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, que se manifestasse publicamente não-candidato à presidência da República gerou um *fato militar*: As Forças Armadas sentiam-se hostilizadas por estarem sendo cerceadas ao aspirarem exercer a suprema magistratura, uma vez que a Constituição de 1891 não estabelecia qualquer incompatibilidade. Assim, a tentativa frustrada de imposição por parte de Afonso Pena de seu sucessor levou a uma reação contrária imediata, praticamente unânime, no meio político. No entanto, logo sepultada a iniciativa presidencial, passou-se à etapa da polarização que acabou por apresentar dois candidatos presidenciais: Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. Durante o processo eleitoral, a candidatura oficial de David Campista não se consolidou e a Convenção de Maio de 1909 escolheu Hermes da Fonseca como candidato à presidência. Entretanto, este anúncio não foi capaz de agregar as principais forças políticas e outra possibilidade estabeleceu-se, isto é, a candidatura civilista de Rui Barbosa.

A situação é acrescida de um outro componente que parecia aumentar ainda mais a dramaticidade da cena política, a morte em 14 de junho de 1909 do presidente Afonso Pena aos 61 anos de idade. Assim, assumiu o vice-presidente, Nilo Peçanha. Mas, afinal, por que Rui Barbosa se lançou à presidência da República? Esta questão não tem uma resposta direta

⁸ Cf. Rui Barbosa. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Campanha Presidencial. Rio de Janeiro, 1967. v. 46, t.1, 1919.

e pontual, sendo assim, um exemplo típico da complexa teia de aproximações e construções que a disputa eleitoral provocava no meio político. Em carta a Bernardino de Campos⁹, Rui Barbosa contou que no dia da morte de Afonso Pena, ao conversar com Nilo Peçanha, futuro presidente, este lhe assegurou que seu governo ficaria neutro na luta da sucessão presidencial. Todavia, seus primeiros atos à frente do governo pareceram contradizê-lo. Primeiramente, Rui Barbosa destacou a surpresa na formação de seu ministério que recaiu em três signatários da *Convenção de Maio* que lançou Hermes-Wenceslau. No mesmo dia do anúncio, Rui Barbosa foi procurado em sua residência por Leoni Ramos, chefe de polícia, em nome do já presidente Nilo Peçanha, para que sensibilizasse a cúpula política paulista a fim da indicação de um nome para compor o seu ministério. Apesar de relutar inicialmente diante de tal pedido, Rui Barbosa acabou por telegrafar para autoridades de São Paulo como Albuquerque Lins e Galeão Carvalhal, dentre outros. Nesse ínterim, o político leu nos jornais sobre o almoço oferecido pelos chefes do hermismo ao dr. Rodolfo Miranda e dr. Villaboim, membros da Junta Hermista em São Paulo que contou, ainda, com a presença de dois ministros. Por fim, o orador do evento disse que: “Traduzia de um modo franco e sincero o aplauso da atitude assumida, no Estado de São Paulo, em relação à questão das candidaturas presidenciais, pelos dois eméritos cidadãos a que saudara”.¹⁰ Esta foi a gota d’água da retirada de garantia da neutralidade dada por Nilo Peçanha e o sinal necessário para Rui Barbosa agir.

A *Convenção de Agosto* de 1909 lançou as candidaturas de Rui Barbosa e Alfredo Ellis, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República. A lógica da Primeira República era muito mais complexa e dinâmica do que parece à primeira vista e nada tem, ou muito pouco, de antiga ou deteriorada como sugere o adjetivo *velha*. O movimento era tão intenso que às vésperas da *Convenção Nacional de Agosto* que lançou seu nome à presidência, Rui Barbosa foi informado, por seu genro Batista Pereira, sobre o boato referente a uma possível visita que receberia em sua casa, naquela tarde, de políticos expressivos do Partido Republicano Paulista (PRP). Assim, Rui Barbosa escreveu uma carta para Bernardino

⁹ Carta de Rui Barbosa a Bernardino de Campos (CR280/1-2) de 18 de junho de 1909.

¹⁰ Id., *ibid.*

de Campos dizendo ser inútil seu esforço, em conjunto com os Drs. Cincinato Braga e José Marcelino, de irem naquela tarde a sua casa com a proposta de substituição do nome de Albuquerque Lins na chapa, informando que ao decidir entrar na disputa “*colocou como condição absoluta entrar comigo nesse posto de luta e provações, o Estado de S. Paulo, representado por aquele eminente paulista*”.¹¹ A tentativa de troca de nome na chapa era um dos indícios do vacilante apoio paulista.

Depois de lançadas as duas candidaturas, inúmeros acontecimentos marcaram o processo eleitoral. Desta forma, selecionamos um acontecimento, ocorrido em setembro de 1909, a partir de um acordo estabelecido entre os estudantes da América do Sul para festejar a entrada da primavera, evento programado também em outras capitais latino-americanas. Assim, organizaram uma passeata que ganhou colorido diferente com o enterro político do general Souza Aguiar, comandante da Força Policial, origem da ocorrência com vítimas fatais, daí a alusão ao sangue, com o qual o episódio ficou consagrado, *Primavera de Sangue*. Naquele mesmo mês, Rui Barbosa denunciou a ação violenta no Senado, afirmando que em um país constitucional a farda não eximia de críticas uma categoria e muito menos a isentava de suas responsabilidades legais para qualquer um dos cidadãos do país. Para o senador baiano, quando se contrapõe a ordem civil à ordem militar o que está em questão é o regime constitucional e o deslocar do eixo do poder político. No mês seguinte, Rui Barbosa recebeu a carta de Francisco Ribeiro Junqueira, de Minas Gerais e datada de 10 de outubro de 1909, avô de um dos estudantes assassinados por soldados da polícia militar no cidade do Rio de Janeiro no episódio da *Primavera de Sangue*. O remetente era coronel reformado da Guarda Nacional na comarca de Pouso Alto e dizia a carta,

*Exc. Sr. Conselheiro Rui Barbosa
Minha sincera saudação,
Permita V.Ex. que eu tome a liberdade de apresentar-me, para dizer o que sofro e o que sinto, dando assim expansão a dor que me sufoca.
Sou um velho monarquista que nunca aceitou a Republica, mas sou como um brasileiro que trabalha para vê-la melhor, já que tenho netos, os quais quero legar*

¹¹ Carta de Bernardino de Campos para Rui Barbosa de 23 de agosto de 1909.

**SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA**

uma pátria grande e livre, visto que a sorte arvora e cruel privou-me de todos os filhos.

Sou avô de Francisco Pedro Ribeiro Junqueira, a pobre criança que na lúgubre tragédia de 22 de setembro caiu assassinada pela polícia militar de nossa infeliz pátria, vendo assim desfazer-se uma esperança que alimentava no fim da vida a deixar um neto educado para servir de amparo a seus irmãos mais novos.

Na minha dor, as palavras de V. Ex. no Senado, evocando cenas passadas para mostrar o perigo militar futuro e perfligando (sic) os assassinatos, que foram praticados por uma polícia Barbara e cruel aos acenos de chefes ainda mais bárbaros e cruéis, atuaram como bálsamo _____; porque vi que o grande homem que levantou tão alto o nome brasileiro da Conferencia de Haya, e sempre a alma sagrada de patriotismo, em quem o Brasil, que trabalha e sofre e não esse Brasil oficial, lobriga a única esperança futura.

Becoro, (sic) ainda a grande generosidade de V. E., pedindo que em meu nome agradeça ao Senado, a imprensa, a mocidade acadêmica e a todos aqueles que tomaram parte em minha dor.

Causou-me grande admiração que da bancada mineira, na Câmara dos Deputados, não me partisse uma só condolência e que antes, pelo contrario, houvesse quem procurasse abafar o discurso sobre a lúgubre tragédia.

No caos em que se debate nossa infeliz pátria, permita V. Ex. que o pobre roceiro agradecido acuse-lhe que se acautele, porque o braço assassino que não trepidou sacrificar pobres crianças, não trepidará em liquidar a quem está reservado lugar proeminente na nossa pátria.

Não sou político militante, hoje, mas a generosidade de todo meu município, acompanhando minha dor, prometeu-me adesão plena e o vosso nome será o nosso candidato na futura eleição presidencial.

Beijo as mãos de V. Ex. e transmito meus agradecimentos eternos.

De V. Ex. amigo e admirador

Vila de Silvestre Ferraz, 10 de outubro de 1909

Francisco Ribeiro Junqueira

A disputa à presidência trazia à tona a atualização da polaridade militar *versus* civil dos primórdios da República no momento em que este sistema de governo completava vinte anos de existência e ainda faltavam outros vinte para o marco do movimento de 1930. Assim, os anos de 1909 e 1910 estavam no meio desta etapa republicana que, ao atingir certo grau de consolidação, ganhava nova coloração com a existência de dois nomes em busca do assento principal no Palácio do Catete. Essa oposição não era uma tônica só no Brasil, mas também internacional, uma vez que o mundo estava a menos de quatro anos da eclosão da Primeira Guerra Mundial e o poder bélico dos países estava na pauta do dia. O processo eleitoral levou multidões às ruas, uma vez que diante desta cisão a população encontrou a brecha para se

manifestar e participar do jogo político maior. Desta forma, o papel da população em 1909 e 1910 não se resumiu apenas às eleições de *bico de pena* e ao voto de cabresto. Esses vícios eleitorais foram praticados à exaustão e estão consignados nas páginas dos periódicos da imprensa, nos Anais do Congresso e na correspondência. Exatamente por isso, a população não estava desinformada sobre a questão. As pessoas criaram, então, mecanismos de convívio com essas práticas autoritárias e fraudulentas. Portanto, um dos possíveis canais de convivência foi estabelecido através da troca de correspondências. Assim, destaca Ângela de Castro Gomes: “a escrita epistolar é (...), no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. (...) a ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas”. (GOMES, 2004:19). Neste sentido, compreender a batalha eleitoral estabelecida entre 1909 e 1910 a partir da correspondência dos candidatos à presidência da República permite-nos ter acesso às informações, a princípio mais particulares, que foram motivadas pela disputa política. Aqui apresentamos uma pequena demonstração da potencialidade do acervo de correspondências e esperamos que sirva de estímulo para novas reflexões.

Fontes

Fundação Casa de Rui Barbosa

Carta de Rui Barbosa para José Gomes Pinheiro Machado (CR848/3) de 2 de dezembro de 1908.

Carta de Rui Barbosa para José Gomes Pinheiro Machado (CR848/9) de 10 de dezembro de 1908.

Carta de Rui Barbosa para Bernardino de Campos (CR280/1-2) de 18 de junho de 1909.

Carta de Bernardino de Campos para Rui Barbosa (CR280) de 23 de agosto de 1909.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 2001.

- ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da Republica dos Estados Unidos do Brasil: apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da Republica, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional 1889-1917*. São Paulo, 1918. 2v.
- BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Campanha Presidencial. Rio de Janeiro, 1967. v. 46, t.1, 1919.
- BELO, José Maria. *História da República: 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República; os últimos anos de Pinheiro machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Livre Expressão, 2004.
- CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. São Paulo; Difel, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v.2, p.181-234. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000.
- CORRÊA, Arsênio. E. *A ingerência militar na República e o positivismo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução história nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- D'ARÁUJO, Oscar. *Le fondateur de la République Brésilienne*. Paris, 1891.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita de história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the state*. Harvard: Belknap Press, 1957.
- MAGALHÃES, Raimundo. *Rui: o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MIRANDA, Nina. *A vida do Marechal Hermes da Fonseca*. 19__.

OLIVEIRA, Estevam. *Notas e pistolas: páginas esparsas sobre a campanha civilista*. Minas Gerais: Tipografia Brasil, 1991.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de salvadores da pátria*. São Paulo: Annablume, 2004.

SENNÁ, Homero. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

UEÓCKA, Loraryne Gracia. *A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas*. *Revista Científica do Oeste Paulista-Unoeste*. Presidente Prudente, jul/dez, 2003. v.1,n.1, p.63-71.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.